


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Prezados Acionistas,
 A Administração da Brasiliãna Participações S.A. ("Brasiliãna Participações" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

PERFIL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade. Até 02 de setembro de 2020, a Companhia detinha 100% das ações da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana"), data na qual foi concluída sua venda para a Pons Energy LLC. A geração de resultados bem como a continuidade operacional da Companhia estão diretamente vinculados à performance de sua controlada.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. ("AES Holdings Brasil"), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Estrutura Societária da Brasiliãna Participações

ACIONISTA	ON	%	PN	%	TOTAL	%
AES Holdings Brasil (AES Corp.)	253.846.155	50,0%	6	0,0%	253.846.161	46,15%
BNDESPar	253.846.154	50,00%	42.307.693	100,00%	296.153.847	53,85%
Total	507.692.309	100,0%	42.307.699	100,0%	550.000.008	100,0%

Controladas
AES Serviços TC ("AES Serviços") - Operação Descontinuada

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e em função de a então controlada direta AES Serviços ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição

de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada.

Desta forma, considerando o cenário da mudança de estratégia da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou o tratamento contábil adequado à esta transação, e apresentou os ativos, passivos e resultado da então controlada AES Serviços como operações descontinuadas.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia considerou que a alienação do investimento na então controlada AES Serviços em até um ano a partir da data da classificação para operações descontinuadas não mais se qualifica como altamente provável, e desta forma, adotou tratamento contábil adequado rerepresentando os saldos de resultado da AES Serviços em operações continuadas.

No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Uruguiana em qual celebra, após o cumprimento das condições precedentes, que a Companhia se compromete a vender à sua controladora direta AES Holdings do Brasil Ltda., o total de 29.172.238 quotas, equivalente a aproximadamente 99,99% do capital social da AES Serviços, pelo valor total de R\$ 1,00. A distribuição ao sócio foi efetivada em 01 de julho de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

AES Elpa S.A. ("AES Elpa")

Em relação à controlada AES Elpa, em 08 de março de 2018, foi protocolado o pedido de registro de OPA junto à CVM, sendo esta deferida e aprovada pela CVM em 28 de junho de 2018. Tendo em vista que não houve oposição expressa por parte dos acionistas durante o período de manifestação, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para o cancelamento de seu registro de companhia aberta durante a CVM. Em 05 de setembro de 2018, a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta a AES Elpa e em 11 de setembro de 2018, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão deferiu o cancelamento da listagem das ações da AES Elpa na bolsa de valores. Por fim, conforme anunciado em fato relevante publicado em 10 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu o processo de resgate da totalidade das ações de emissão da AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 6 de agosto de 2018 ("Leilão da OPA"), com o respectivo e posterior cancelamento ("Resgate de Ações"). O pagamento do preço do resgate ocorreu em 21 de dezembro de 2018 ("Data do Pagamento do Resgate") pelo valor de R\$0,01 por ação de emissão da AES Elpa ("Preço de Resgate"). O Preço de Resgate correspondente ao preço por ação pago no Leilão da OPA (isto é, R\$0,01), ajustado pela Taxa SELIC acumulada, pro rata temporis, desde o dia 9 de agosto de 2018 até a Data do Pagamento do Resgate.

AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana") - Operação Descontinuada

Em dezembro de 2019, após análise dos cenários alternativos ao atual estado de hibernação da usina da controlada AES Uruguiana, incluindo os respectivos gastos de manutenção, a administração passou a enviar esforços no sentido de viabilizar a alienação da controlada no período de até um ano. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou os ativos e passivos da controlada AES Uruguiana como ativos não circulantes mantidos para venda. O grupo de ativos mantido para venda estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

Em 02 de setembro de 2020 a Brasiliãna celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Pons Energy LLC para vender 100% da sua participação direta na AES Uruguiana Empreendimentos Ltda.. O *closing* da transação também ocorreu em 02 de setembro de 2020. Assim, a partir de 31 de agosto de 2020, o investimento no balanço da controladora e todos os ativos e passivos deixaram de ser reconhecidos pela Companhia.

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Brasiliãna continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à AES Uruguiana após o *closing* da operação:

- Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002;
- PIS/COFINS sobre receita de exportação;
- Compensação Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL;
- Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguiana do quais a Brasiliãna deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos;
- Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasiliãna;
- Escrow e caixa;
- Ressarcimento ANEEL;
- *Earn-out* a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Brasiliãna deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,5 reais por MW gerados pela Uruguiana após a data do *closing* até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41 milhões; e
- Custo da Transação.

EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA
Desempenho Econômico - Financeiro

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)	Consolidado 2019	Consolidado 2020
Receita Operacional Líquida	–	–
Custos operacionais	(3,4)	(2,6)
Resultado Bruto	(3,4)	(2,6)
EBITDA	(3,4)	(2,6)
Resultado Financeiro	0,5	(2,1)
Resultado Antes dos Tributos	(2,9)	(4,6)
Operações descontinuadas	(19,5)	(77,1)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(22,4)	(81,8)

A Brasiliãna Participações registrou um prejuízo de R\$ 81,8 milhões em 2020 vs. um prejuízo de R\$ 22,4 milhões em 2019, especialmente, pela alienação do investimento e consequente desconsolidação da Uruguiana, registrando uma perda de R\$ 75,0 milhões como operações descontinuadas, conforme demonstrado abaixo.

Destinação de Resultados

Em virtude do prejuízo auferido em 2020 de R\$ 81,8 milhões, não há saldo da base distribuível de dividendos do ano, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos (R\$ milhões)	
Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	(81,8)
Base para distribuição de dividendos	–
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	(81,8)
Saldo remanescente	–

Remuneração da Alta Administração

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2020.

Nos termos do item 3.1(w) do Acordo de Acionistas da Brasiliãna Participações S.A., a remuneração global dos administradores da Companhia e de suas controladas não tem sido submetida à aprovação em sede de Reunião Prévia uma vez que a Companhia entende que os termos propostos são compatíveis com a média praticada pelo mercado.

Remuneração aos Acionistas

De acordo com a Lei das S.As, 5% do lucro líquido ajustado deve ser destinado para a constituição de uma reserva legal (i) até o limite de 20% do capital social da Companhia e/ou (ii) até que a reserva legal mais as reservas de capital (previstas no artigo 182, § 1º da Lei das S.As) atinjam 30% do capital social.

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Dado que a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 81,8 milhões, não haverá pagamento de dividendos referentes ao resultado do período.

Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2020, a Brasiliãna Participações utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). Em 2020, os serviços prestados pela KPMG foram: (i) Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020; (iii) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias especificadas relativas aos exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 31 de outubro de 2020, com a finalidade específica atender as instruções de auditoria enviada pelos auditores independentes do acionista BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") e (iv) auditar os relatórios específicos (*Reporting Package*), preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América relativos ao exercício de 2020.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 73.469,39 (setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos). Os serviços acima possuem prazo de contratação de um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 31 de março de 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	60	95	90
Investimentos de curto prazo	3	2.614	34.845	3.634
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	2	20	6
Outros ativos circulantes		1.935	1.923	1.941
Ativos não circulantes disponíveis para venda	1.2	–	21.492	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		4.617	58.375	5.671
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	2.821	2.874	4.827
Cauções e depósitos vinculados	5	2.908	3.397	3.501
Outros ativos não circulantes		1.150	2.039	1.150
Investimento	6	3.131	3.249	–
Imobilizado, líquido		–	–	95
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.010	11.559	9.573
TOTAL DO ATIVO		14.627	69.934	15.244
			15.244	168.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores		45	282	45
Tributos e contribuições sociais a pagar		1	16	3
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		–	–	32
Obrigações sociais e trabalhistas		–	13	–
Obrigações de venda de controlada	1.2	1.898	–	1.892
Outras obrigações		13	–	13
Passivos não circulantes disponíveis para venda	1.2	–	–	–
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.957	311	1.985
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Provisão para processos judiciais e outros	7	2.882	2.781	3.471
Obrigações de venda de controlada	1.2	24.698	–	24.698
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		27.580	2.781	28.169
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	9.1	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	9.3	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(104.146)	(22.394)	(104.146)
Subtotal		(14.910)	66.842	(14.910)
Participação de acionistas não controladores		–	–	262
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(14.910)	66.842	(14.910)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.627	69.934	15.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gerais e administrativas		(2.328)	(2.892)	(2.497)
Outras despesas e receitas operacionais		(48)	(53)	(60)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(2.376)	(2.945)	(2.557)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(118)	(304)	–
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.494)	(3.249)	(2.557)
Receitas financeiras	10	865	3.822	942
Despesas financeiras	10	(3.008)	(3.462)	(3.745)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.143)	360	2.080
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(4.637)	(2.889)	(4.637)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(4.637)	(2.889)	(4.637)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		(77.115)	(19.505)	(77.115)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	1.2	(81.752)	(22.394)	(81.752)
Resultado por ação básico e diluído				
Por ação Ordinária		(0,14864)	(0,04072)	(0,14864)
Por ação Preferencial		(0,14864)	(0,04072)	(0,14864)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(81.752)	(22.394)	(81.752)
Outros resultados abrangentes		–	–	–
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		(81.752)	(22.394)	(81.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1. RECEITAS		–	–	–
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.376)	(2.339)	(2.557)
Materiais		–	–	–
Outras despesas operacionais		(48)	(53)	(60)
Custo da energia comprada e transmissão		–	–	–
Serviços de terceiros		(2.328)	(2.286)	(2.497)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO		(2.376)	(2.339)	(2.557)
4. RETENÇÕES		–	–	–
Depreciação e amortização		–	–	–
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(2.376)	(2.339)	(2.557)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		(76.368)	(15.987)	(76.173)
Receitas financeiras		865	3.822	942
Resultado de participações societárias		(118)	(304)	–
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas		(77.115)	(19.505)	(77.115)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(78.744)	(18.326)	(78.730)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(78.744)	(18.326)	(78.730)
Empregados (Colaboradores)		505	–	582
Salários e encargos		–	505	–
Tributos (Governo)		–	101	–
Federais		–	101	–
INSS		–	101	–
Remuneração de capitais de terceiros		3.008	3.462	3.022
Juros		3.008	3.462	3.022
Aluguéis		–	–	–
Remuneração de capitais próprios		(81.752)	(22.394)	(81.752)
Prejuízo do exercício		(81.752)	(22.394)	(81.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital Social	Reserva Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018		111.810	(13.168)	(26.511)	72.131	395	72.526
Resultado abrangente total:							
Prejuízo do exercício		–	–	(22.394)	(22.394)	–	(22.394)
Transações com os acionistas:							
Absorção de prejuízos do exercício		(26.511)	–	26.511	–	–	–
Venda de participação societária da AES Serviços (nota nº 8.3)		–	17.105	–	17.105	(212)	16.893
Remuneração com base em ações das controladas		–	–	–	–	79	79
Saldos em 31 de dezembro de 2019		85.299					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

continuação

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado		Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Atividades operacionais:						Atividades de investimentos:					
Prejuízo do exercício nas operações em continuidade		(4.637)	(2.889)	(4.637)	(2.889)	Aumento de capital em controladas		–	(3.570)	–	–
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais						Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		537	41.181	533	65.137
Variação monetária/Cambial	7.1	60	(185)	73	(271)	Empréstimos partes relacionadas		–	3.568	–	1.154
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		–	186	–	207	Caixa restrito/líquido de venda de participação societária	(25.005)	–	(25.005)	–	(235)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas		–	(200)	–	(200)	Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos em continuidade	(24.468)	41.179	(24.472)	(24.472)	66.056
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	10	(820)	(3.041)	(864)	(3.119)	Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos descontinuadas	–	–	(204)	–	12.170
Resultado da equivalência patrimonial	6	118	304	–	–	Total caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos	(24.468)	41.179	(24.676)	(24.676)	78.226
Variação de ativos e passivos operacionais		(5.279)	(5.825)	(5.428)	(6.272)	Atividades de financiamentos:					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		–	(30.160)	–	(30.161)	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		–	(30.160)	–	(30.161)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro		–	–	–	(1.157)	Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade		–	(30.160)	–	(31.318)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais continuadas		–	(41.380)	–	(65.360)	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas		–	–	–	951
Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas		–	–	–	–	Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(30.160)	(30.160)	(30.160)	(30.367)
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais		24.433	(10.985)	24.554	(48.232)	Variação no caixa líquido da Companhia		(35)	34	(122)	(373)
						Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	95	61	157	530
						Saldo inicial de caixa de operações descontinuadas	1.2	–	–	55	–
						Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		60	95	90	157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasiliiana Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP Brasil.

1.1 Venda da controlada direta AES Serviços

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e em função de a então controlada direta AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços") ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada.

Desta forma, considerando o cenário da mudança de estratégia da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou o tratamento contábil adequado à esta transação, e apresentou os ativos, passivos e resultado da então controlada AES Serviços como operações descontinuadas.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia considerou que a alienação do investimento na então controlada AES Serviços em até um ano a partir da data da classificação para operações descontinuadas não mais se qualifica como altamente provável, e desta forma, adotou tratamento contábil adequado representando os saldos de resultado da então controlada AES Serviços em operações continuadas.

No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços no qual celebra, após o cumprimento das condições precedentes, que a Companhia se compromete a vender à sua controladora direta AES Holdings do Brasil Ltda., o total de 29.172.238 quotas, equivalente a aproximadamente 99,99% do capital social da AES Serviços, pelo valor total de R\$ 1,00.

A distribuição ao sócio foi efetivada em 01 de julho de 2019, após o cumprimento das condições precedentes. Assim, a partir desta data, o investimento no balanço da controladora e todos os ativos e passivos demonstrados no quadro abaixo, no balanço consolidado, deixaram de ser reconhecidos pela Companhia:

	30.06.2019		30.06.2019
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	180	Fornecedores	10.200
Contas a receber	208	Tributos e contribuições sociais a pagar	783
Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.317	Partes relacionadas	953
Outros ativos circulantes	871	Obrigações sociais e trabalhistas	1.072
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.576	Provisões para processos judiciais e outros	675
		Outras obrigações	7.105
		TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	20.788
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Cauções e depósitos vinculados	971	Provisão para processos judiciais e outros	1.887
Outros ativos não circulantes	2.238	Outras obrigações	1.321
Imobilizado, líquido	1.311	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.208
Intangível, líquido	7	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.527	Capital social subscrito e integralizado	32.741
		Reservas de capital	212
		Prejuízos do período	(49.846)
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(16.893)
TOTAL DO ATIVO	7.103	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.103

No momento da operação, devido ao patrimônio líquido negativo da AES Serviços, havia na controladora uma provisão para perda de investimento no valor de R\$ 16.893. Como resultado da venda, esse montante foi reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido da própria controladora, não gerando portanto, efeitos no resultado.

1.2 Venda da controlada direta AES Uruguiana

Em dezembro de 2019, após análise dos cenários alternativos ao atual estado de hibernação da usina da controlada AES Uruguiana, incluindo os respectivos gastos de manutenção, a administração passou a enviar esforços no sentido de viabilizar a alienação da controlada no período de até um ano. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou os ativos e passivos da controlada AES Uruguiana como ativos não circulantes mantidos para venda. O grupo de ativos mantido para venda estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

Composição dos saldos de ativos e passivos não circulantes disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2019:

	31.12.2019		31.12.2019
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	55	Fornecedores	1.230
Investimentos de curto prazo	88.813	Tributos e contribuições sociais a pagar	71
Tributos e contribuições sociais compensáveis	794	Obrigações sociais e trabalhistas	765
Outros ativos circulantes	906	Outras obrigações	805
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	90.568	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	2.871
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Tributos e contribuições sociais a recuperar	24.433	Provisão para processos judiciais e outros	94.327
Cauções e depósitos vinculados	3.685	Obrigações sociais e trabalhistas	73
Outros ativos não circulantes	1.126	Outras obrigações	787
Imobilizado, líquido	263.964	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	95.187
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(263.964)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	29.244	Capital social subscrito e integralizado	73.417
		Reservas de capital	282
		Prejuízos do período	(51.925)
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.754
TOTAL DO ATIVO	119.812	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.812

Em 02 de setembro de 2020 a Brasiliiana celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Pons Energy LLC para vender 100% da sua participação direta na AES Uruguiana Empreendimentos Ltda. O closing da transação também ocorreu em 02 de setembro de 2020. Assim, a partir de 01 de setembro de 2020, o investimento no balanço da controladora e todos os ativos e passivos demonstrados no quadro abaixo, no balanço consolidado, deixaram de ser reconhecidos pela Companhia:

	31.08.2020		31.08.2020
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	88	Fornecedores	622
Investimentos de curto prazo	77.574	Tributos e contribuições sociais a pagar	125
Tributos e contribuições sociais compensáveis	267	Obrigações sociais e trabalhistas	740
Outros ativos circulantes	1.711	Outras obrigações	356
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	79.640	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.843
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Tributos e contribuições sociais a recuperar	24.276	Provisão para processos judiciais e outros	102.091
Cauções e depósitos vinculados	4.237	Obrigações sociais e trabalhistas	117
Outros ativos não circulantes	16.368	Outras obrigações	741
Imobilizado, líquido	249.262	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	102.949
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(249.262)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.881	Capital social subscrito e integralizado	73.417
		Reservas de capital	337
		Prejuízos do período	(54.025)
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.729
TOTAL DO ATIVO	124.521	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.521

Na demonstração de resultado consolidado, os valores do quadro abaixo foram demonstrados na rubrica de operações descontinuadas:

	31.08.2020
	Uruguiana
Receita líquida	–
Custos operacionais	
Custo com energia elétrica/gás	(978)
Taxa de fiscalização	25.277
Ressarcimento	(14.235)
Pessoal, material e serviço de terceiros	(5.073)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(32)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	14.702
Depreciação e amortização	(14.702)
Outras	(10)
Total dos custos operacionais	4.949
Resultado do serviço	4.949
Receitas financeiras	2.137
Despesas financeiras	(9.498)
Variações cambiais, líquidas	312
Resultado antes dos tributos	(2.100)
Imposto de renda/Contribuição social	
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.100)

Com a alienação do investimento e consequente desconsolidação da Uruguiana, a Companhia registrou uma perda de R\$ 75.015 como operações descontinuadas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado
	2020

(-) Investimento em 31 de agosto de 2020	(19.392)
(-) Passivo contingente (a)	(126.976)
(-) Ressarcimento a pagar a ANEEL (b)	(14.235)
(+) Escrow (a)	59.000
(+) Caixa (a)	20.129
(+) Earn Out (c)	10.467
(+) Custo da Transação (d)	(4.008)
Perda na alienação do investimento na AES Uruguiana	(75.015)

As obrigações de venda de controladas, líquidas, apresentadas no balanço patrimonial no valor de R\$ 26.590 são compostas pelas siglas "(a)", "(b)" e "(c)" mencionadas na composição da nota explicativa.

(a) De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Brasiliiana continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguiana após o closing da operação:

- Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com consequente manutenção dos preços praticados pela Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a referar a contabilização e liquidação das operações da Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

Para mensurar o valor justo dessa contabilidade, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados, apurando assim um montante de valor justo em R\$ 91.811, registrado como outras obrigações no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 98.825.

* PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguiana.

* Compensação Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Para mensurar valor justo das duas contingências supracitadas a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados, apurando assim um montante de valor justo em R\$ 26.375. No entanto devido ao fato da expectativa do encerramento desses processos ser até 31 de dezembro de 2023 foi necessário efetuar o ajuste a valor presente considerando uma taxa de desconto de 12,02% a.a. e desta forma o montante considerado foi de R\$ 17.981, registrado como outras obrigações no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 20.012.

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguiana do quais a Brasiliiana deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos. Para mensurar o valor justo a Companhia utilizou a mesma metodologia de probabilidade de cenários ponderados considerando o valor presente utilizando uma taxa de 12,02% a.a. e mensurou o valor justo em R\$ 6.096, registrado como outras obrigações no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 6.775.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasiliiana. O montante apurado é de R\$ 1.364 e está registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Escrow e caixa - Em contrapartida às obrigações mencionadas acima, o montante de R\$77.700 relativos às disponibilidades da Uruguiana no momento da venda (Escrow no montante de R\$ 59.000 e um saldo de caixa de R\$ 18.700), foram dadas como garantia para cobrir as contingências supracitadas. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 79.129.

Adicionalmente, a Companhia constituiu uma escrow no montante de R\$ 25.005 como complemento às garantias citadas acima. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 25.025.

(b) Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguiana impetrou um pleito junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020 - SRG/ANEEL de 6 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006 no entanto a Uruguiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de Demurrage e Boil off que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento a Uruguiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, respondeu à sua ex-controlada Uruguiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com o seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar equivalente a R\$ 14.235. Desta forma, a Administração da Companhia está trabalhando junto a ANEEL para confirmar e comprovar todos os itens do cálculo e assim definir um valor final com a ANEEL. No entanto, considerando que a ANEEL é o órgão competente por determinar esse valor do ressarcimento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a reversão do valor inicialmente reconhecido e contabilizou o passivo com base em sua melhor estimativa considerando o ofício recebido, conforme demonstrado abaixo:

	30.09.2020	Revisão	31.12.2020
	14.701	(28.936)	(14.235)

(c) Earn-out a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Brasiliiana deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,5 reais por MW gerados pela Uruguiana após a data do closing até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41 milhões. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150. No entanto como esse valor será recebido até 31 de dezembro de 2026 foi necessário efetuar o cálculo de valor presente considerando uma taxa de desconto de 7,42% e assim o valor justo foi calculado em R\$ 9.588, registrado como outros ativos não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$ 10.467.

(d) Custo da Transação - A Companhia contratou consultores financeiros e jurídicos para auxiliar no processo de venda da Uruguiana e esses custo somaram o montante de R\$ 4.008 e fazem parte do custo total da transação.

1.3 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020 o Fundo Monetário Internacional projetou desacelerações relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a crise provocada pela pandemia não causou impacto nos resultados financeiros e nas operações da Companhia, visto que são holdings não operacionais.

Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

Continuamos a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger nossos funcionários. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, nossas operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria do nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

1.4 Dados sobre subsidiária

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Companhia estudava a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada.

Desta forma, atualmente a controlada direta AES Elpa é uma sociedade anônima de capital fechado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em 31 de março de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

continuação

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).
O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PERD/COMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.717/2017. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como não circulante.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
NÃO CIRCULANTE				
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (nota 7 a.1)	2.908	3.397	3.501	3.973
Total	2.908	3.397	3.501	3.973

6. INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos		AES Elpa	
Participação Direta			
31.12.2019		100,00%	
31.12.2020		100,00%	
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2019		93.404.112	
Quantidade de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2019		100,00%	
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2020		93.404.112	
Percentual de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2020		100,00%	
Valor do Capital Social			
31.12.2019		12.780	
31.12.2020		12.780	
Patrimônio Líquido			
31.12.2019		3.249	
% de participação		100,00%	
Saldo do investimento		3.249	
Patrimônio Líquido			
31.12.2020		3.249	
% de participação		100,00%	
Saldo do investimento		3.249	
Resultado do Exercício			
31.12.2020			
Prejuízo líquido das controladas no exercício			118
Movimentação dos investimentos			AES Elpa
Saldo em 31 de dezembro de 2019			3.249
Equivalência patrimonial			118
Saldo em 31 de dezembro de 2020			3.267

7. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS**7.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fiscal				
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (a.1)	2.882	2.781	3.471	3.353
Total	2.882	2.781	3.471	3.353

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Saldo em 31.12.2020
Fiscal				
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (a.1)	2.781	42	60	2.883
Total	2.781	42	60	2.883

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Saldo em 31.12.2020
Fiscal				
Pis/Cofins - sobre receitas financeiras (a.1)	3.353	45	73	3.471
Total	3.353	45	73	3.471

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Fiscal: PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro/2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repressão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repressão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da Companhia e de sua controlada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

Processos com probabilidade de perda classificada como provável
A Companhia e sua controlada apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fiscal				
(i) Os processos civis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020.	785.602	771.464	785.602	771.464

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a.1) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal
Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$593.850 atualizado até 31 de dezembro de 2020 (R\$585.748 em 31 de dezembro de 2019) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.
Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso em apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL
Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.
Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interps recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos a execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$79.256 atualizado até 31 de dezembro de 2020 (R\$79.363 em 31 de dezembro de 2019).

(a.3) Compensações administrativas - créditos de IRRF
Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.
Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interps recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.491, atualizados até 31 de dezembro de 2020. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

(a.4) Auto de infração - Ágio (213/2016)
Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$325.415 atualizado até 31 de dezembro de 2020. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Tietê Energia S.A. (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Tietê Energia S.A. verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasiliãna de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 325.415), R\$93.891 seriam de responsabilidade da Brasiliãna Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasiliãna de Energia, e R\$231.524 atribuíveis à coligada AES Tietê Energia S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasiliãna Participações, a coligada AES Tietê Energia S.A. notificou o BNDES e Brasiliãna Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até dezembro/2020). A coligada AES Tietê Energia interps recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável a coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

(b) Ação civil pública - improbidade administrativa
(b.1) O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interps agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão e a consequente exclusão da Companhia do polo passivo da demanda, mas também que fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão, o Ministério Público Federal interps recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retornaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas improbadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interps recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interps recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Atualmente, aguarda-se a manifestação do Ministério Público acerca das contestações apresentadas. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

7.3 Seguro garantia
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Companhia (i)			
Fiscal	4	665.614	0,40% a 0,60%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$663.638; e (b) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$1.976.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social
O capital social subscrito e integralizado é de R\$85.299 em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

8.2 Composição acionária

	2020		2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00

	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	-	6	-
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

8.3 Reservas de capital:
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i) (7.481) (7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii) 11.130 11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii) (16.817) (16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv) 17.105 17.105
Total 3.937 3.937

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se em emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção" de titularidade do Grupo AES para a Brasiliãna Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasiliãna Energia S.A.. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle. Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº1) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de rescesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital. Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 16.807.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada. Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019, conforme comentado na nota explicativa nº 1.1.

9. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Numerador:		
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(4.638)	(2.889)
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em descontinuidade	(77.115)	(19.505)
Resultado líquido do exercício	(81.752)	(22.394)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,14864)	(0,04072)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,14864)	(0,04072)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.
A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	753	3.041	784	3.119
Atualização de créditos tributários	80	162	118	244
Atualização de depósitos judiciais	67	593	80	878
PIS e COFINS sobre receita financeira	(42)	(186)	(45)	(207)
Juros sobre mútuo com a AES Serviços	200	-	-	200
Outras	7	12	5	16
Total	865	3.822	942	4.250
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros-garantia	(2.947)	(2.889)	(2.947)	(2.889)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 7.1)	(60)	(570)	(73)	(851)
Outras despesas financeiras	(1)	(3)	(2)	(5)
Total	(3.008)	(3.462)	(3.022)	(3.745)
Total resultado financeiro	(2.143)	360	(2.080)	505

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Na rubrica de tributos:						
Correntes	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

continuação

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo por meio de resultado, conforme método de mensuração:

	2020			2019		
	Mensuração			Valor justo	Mensuração	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2
ATIVO						
Investimentos de curto prazo	3.634	–	3.634	–	36.001	–
Total - Ativo	3.634	–	3.634	–	36.001	–

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

13.3

Gerenciamento de riscos
A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada Uruguaiana, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos - aplicável para Companhia
É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada Uruguaiana, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos - aplicável para Companhia e de sua controlada
A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance - aplicável para Companhia e de sua controlada

A Companhia e sua controlada estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa “conhecer o seu parceiro de negócios”, exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de sua controlada, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

Processos Judiciais - aplicável para Companhia e de sua controlada

A Companhia e sua controlada se utilizam de relatórios preparados por consultores jurídicos para embasar suas avaliações sobre o mérito e risco de perda dos processos judiciais, sendo que os mais relevantes possuem seguros garantias conforme descritas na nota explicativa nº 7.3, reduzindo assim o risco de desembolsos associados a estes processos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando nas suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e sua controlada utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e sua controlada: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de sua controlada: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira receptora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2020 é:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julian Jose Nebreda Marquez
Conselheiro Efetivo

Francisco Jose Morandi Lopez
Conselheiro Efetivo

Berned Raymond da Santos Ávila
Conselheiro Efetivo

Charles de Sirovy
Conselheiro Efetivo

Carlos Eduardo Gonzales Baldi
Conselheiro Efetivo

CONSELHO FISCAL

Luiz Eduardo Burger Ribeiro
Conselheiro Efetivo

Ivanrya Maura de Medeiros Correia
Conselheiro Efetivo

João Verner Juenemann
Conselheiro Efetivo

DIRETORIA

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Hugo Satoru Nagae
Contador - CRC 1SP329701/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 31 de março de 2021

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

São Paulo, 31 de março de 2021

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Brasiliiana Participações S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliiana Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brasiliiana Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada, da Brasiliiana Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.4 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 81.752 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nesta data, a Companhia possui um patrimônio líquido negativo de R\$ 14.910 mil. Conforme apresentado na Nota 2.4, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das exposições fiscais

Veja a Nota 7.2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referente a aproveitamento de prejuízo fiscal, compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, compensações administrativas de créditos de imposto de renda retido na fonte e dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre amortização do ágio em virtude de incorporações realizadas entre os anos de 2000 a 2016 na qual a Companhia incorporou a antiga Companhia Brasileira de Energia.

Tais processos tem montantes estimados em aproximadamente R\$ 785.602 mil que foram avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto.

Consequentemente, nenhum imposto a pagar foi reconhecido referente a tais processos.

Devido a relevância dos valores envolvidos nos processos, complexidade dos assuntos e ao julgamento envolvido na avaliação e divulgação das exposições fiscais nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Obtenção, dos assessores jurídicos da Companhia, das confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a aproveitamento de prejuízo fiscal, compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, compensações administrativas de créditos de imposto de renda retido na fonte e dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre amortização do ágio, contendo: (i) o estágio do processo judicial; (ii) a classificação da probabilidade de aceite pela autoridade fiscal; e (iii) a estimativa do valor envolvido no processo.

Avaliação, com auxílio de nossos especialistas jurídicos, dos critérios utilizados pelos assessores jurídicos da Companhia na classificação da probabilidade de aceite por parte da autoridade fiscal dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente.

Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a avaliação e divulgação das exposições fiscais relacionadas a processos judiciais referentes a aproveitamento de prejuízo fiscal, compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, compensações administrativas de créditos de imposto de renda retido na fonte e dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre amortização do ágio são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Venda da controlada Uruguaiana Empreendimentos Ltda.

Veja a Nota 1.2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em setembro de 2020, a Companhia realizou a venda de 100% de sua participação na controlada AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda, a qual encontrava-se anteriormente classificada com ativo mantido para a venda. Com a alienação da AES Uruguaiana, a Companhia reconheceu uma perda R\$ 75.015 mil como operações descontinuadas, bem como, reconheceu o montante de R\$ 26.590 mil de outras obrigações passivas.

Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos nos processos contingentes, estimativa do valor de contraprestação contingente a receber da operação e complexidade no julgamento envolvido na avaliação dos passivos e ativos contabilizados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Avaliação do contrato de compra e venda para análise detalhada dos acordos firmados entre as partes a fim de verificar se as obrigações assumidas estavam de acordo os critérios de reconhecimento de passivos;

Avaliação, com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas na análise das premissas utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos e passivos, principalmente em relação às taxas de desconto, incluindo comparação das premissas usadas com informações de mercado, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;

Avaliação do ganho e perda elaborado pela Administração da Companhia com base nas obrigações e ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme os termos contratuais firmados entre as partes assumidas;

Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

	Consolidado	2020
--	-------------	------

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo

90
3.634

Total da exposição

Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Posição em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	45	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32	–	–	–	–
Obrigações de venda de propriedades	–	113.060	–	26.787	–
Total	77	113.060	–	26.787	–

(b.3)

Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos investimentos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.850.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2020	Projeção Recitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC			1,14%	1,70%	2,27%	2,84%	3,41%
Investimentos de curto prazo	SELIC	3.634	41	62	82	103	124
Subtotal		3.634	41	62	82	103	124

(c)

(c.1)

Outros riscos considerados relevantes para a Companhia e sua controlada

Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e sua controlada. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de sua controlada. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e sua controlada terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.2)

Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e sua controlada são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e sua controlada. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de sua controlada adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

(c.3)

Risco de contratação e manutenção de seguros-garantia para processos judiciais

Conforme mencionado na nota 7.3 a contratação e manutenção de seguros-garantia de processos judiciais é fortemente influenciada pela continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. A contratação de novos seguros-garantia, se requeridos, dependeria de oferta e aceitação do risco por parte das instituições provedoras destes seguros.

14. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segura
	de	até	
Responsabilidade civil de administradores - D&O	1/4/2020	1/4/2021	100.000
A apólice de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, possui limite de proteção compartilhado entre a Companhia e sua controlada.			

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

ANEEL - Ofício nº 001/2021

Em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, respondeu à sua ex-controlada Uruguaiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com o seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar conforme destacado na NE 1.2 item b.